



**Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**

**Secretaria Nacional de Assistência Social**

**Departamento de Proteção Social Especial de Alta Complexidade**

# **ACOMPANHAMENTO FAMILIAR: ARTICULAÇÃO ENTRE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**Apresentação:** Dalízia Amaral Cruz



MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



# De qual lugar falamos?

## Constituição Federal de 1988

- Reconhece a Assistência Social como Política Pública  $\neq$  assistencialismo - benevolência - doação/troca de favores - caridade

## Política de Assistência Social

- Proteção Social na perspectiva da garantia de direitos nas situações de vulnerabilidade, risco e direitos violados, promovendo serviços que garantam renda, convivência familiar e comunitária, acolhimento e participação social

# De qual lugar falamos?

## **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**

- Aprovada em 1993 - preconiza proteção social a todos que dela necessitarem

## **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

- Regulamentado em 2004, por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

## **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**

- Regulamentada em 2005 - estabelece normas e diretrizes da política de assistência, a serem materializadas pelo SUAS sob a forma de benefícios, serviços, programas e projetos

A assistência social organiza o conjunto de serviços e ações que estão sob seu escopo a partir de dois tipos de proteção

- **Proteção Social Básica (PSB)** - prevenção de situações de risco, por meio de ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com foco na superação das vulnerabilidades vividas por indivíduos e famílias, em decorrência da pobreza, acesso precário ou nulo aos serviços públicos e da fragilização de vínculos, discriminações etárias, étnico-raciais, de gênero ou por deficiência, entre outras

- **Proteção é a Proteção Social Especial (PSE)** - dispõe de um conjunto de serviços e programas especializados de média e alta complexidade a famílias e indivíduos em situação de risco ou com direitos violados. a PSE está voltada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social ou já vivenciam violação dos direitos humanos

**Proteção  
Social  
Básica**

**Centro de  
Referência de  
Assistência  
Social  
(CRAS)**

**Proteção  
Social  
Especial**

**Média  
Complexidade**  
**Centro de  
Referência de  
Assistência  
Social (CREAS)**

**Alta  
Complexidade**  
**Serviços de  
Acolhimento**

- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP)
- Centro Dia.

## PNAS

- A concepção da assistência social como política pública apresenta como pressuposto a intersectorialidade
- Para garantir a proteção integral dos usuários do SUAS, a operacionalização da política deve promover a atuação em **rede de forma articulada** com as demais políticas públicas no território
- A partir dessa compreensão, os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (institucional e familiar) são orientados a atuar de forma **articulada** com demais políticas públicas ofertadas no território

# Articulação da Rede Socioassistencial

- A Resolução Conjunta nº 1/2009 aponta para a organização do SUAS, que pressupõe a **articulação da rede socioassistencial** e elege a **família** como foco central de atenção
- A previsão de serviços de atendimento especializado a indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos e de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes tem importância basilar no que diz respeito à **concretização do direito à convivência familiar e comunitária**

CREAS: Nos municípios que possuam CREAS e naqueles atendidos por CREAS regionais, quando o motivo do afastamento do convívio familiar envolver violência intrafamiliar... exploração sexual ou outras situações de violação de direitos que estejam sob o escopo de ação dos serviços desenvolvidos no CREAS, as crianças e adolescentes acolhidos e seus familiares devem ser inseridos em seus serviços

Nesse caso, é de suma importância que as equipes técnicas do serviço de acolhimento e do CREAS **atuem de forma articulada** – com planejamento conjunto de estratégias de ação e reuniões periódicas para o acompanhamento dos casos – de modo a garantir uma atuação complementar e sinérgica, **evitando sobreposições e ações contraditórias** (p. 45)



MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

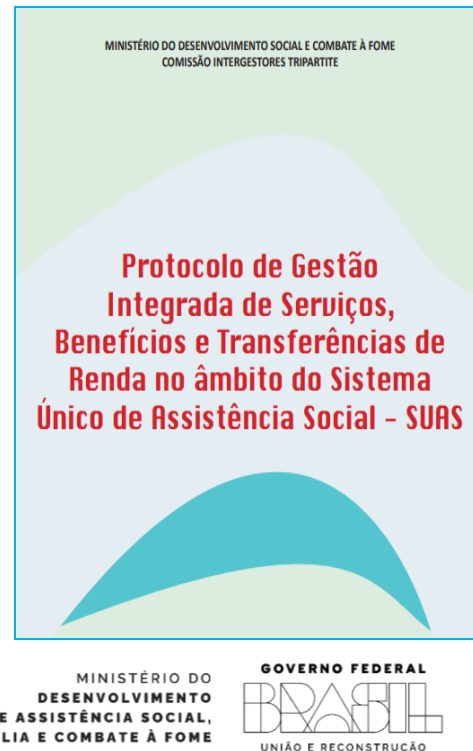
GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





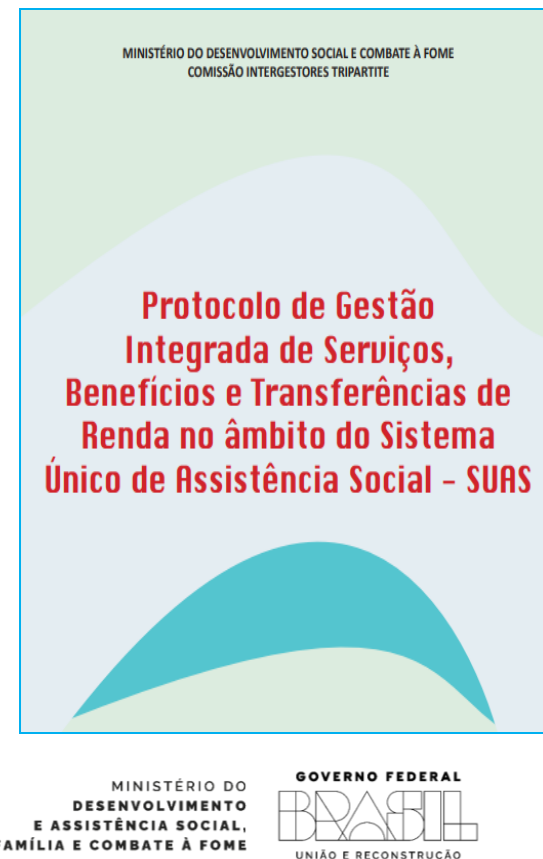
# PONTOS DE REFLEXÃO: A competência de acompanhamento das crianças e adolescentes em acolhimento

- ▶ Art. 23. Após verificação de que o descumprimento de condicionalidade decorre de situação de risco social relacionados a não retirada da criança ou adolescente do trabalho infantil, mendicância, situação de rua e violência (física, sexual ou psicológica), deverão ser adotados os seguintes procedimentos iniciais:



§ 4º Se ao longo do atendimento às famílias com situações de violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente, o CREAS ou equipe técnica da PSE identificar a manutenção da situação risco, deverá comunicar às autoridades regulamentadas pelo Sistema de Garantia de Direitos, por meio de relatório

§ 5º Se ocorrer o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, o CREAS ou equipe técnica da PSE **em parceria** com o serviço de acolhimento, dará continuidade ao acompanhamento da família tendo em vista a reintegração ao convívio familiar, comunicando periodicamente ao Conselho Tutelar e, por meio de relatórios, à autoridade judiciária



- ▶ § 7º Reinserida a criança ou o adolescente no convívio familiar e sanada a necessidade de acompanhamento pelo CREAS ou equipe técnica da PSE e profissionais do serviço de acolhimento, a família continuará o acompanhamento no CRAS ou equipe técnica da PSB, por pelo menos 6 meses



Art. 25. As recomendações trazidas na Subseção I da Seção IV deverão ser adaptadas à realidade de cada município, sendo permitidos **arranjos distintos desde que sejam mais efetivos** no atendimento e acompanhamento das famílias



# ATENÇÃO!

- ▶ É fundamental a análise contextual de cada caso/situação
- ▶ Sabe-se que o acompanhamento em duplicidade não é indicada
- ▶ O acompanhamento em duplicidade não é a mesma coisa que o acompanhamento em articulação entre PAEFI e Acolhimento Institucional, caso seja necessário



# ALGUMAS HIPÓTESES

Se a equipe do PAEFI identificar o agravamento/continuidade da situação de risco, esta mesma equipe pode sugerir a medida de proteção do acolhimento institucional, por meio de relatório ao Conselho Tutelar e para a autoridade judiciária a descrição do acompanhamento, com o esgotamento das possibilidades de manutenção da criança/adolescente no contexto familiar

A partir de então, determinado o acolhimento pela autoridade judiciária, a família será acompanhada pela equipe técnica do serviço de acolhimento, que desenvolverá, com novas perspectivas, o PIA). Deve-se evitar, em situações como essas, o acompanhamento pela mesma equipe que indicou o acolhimento

Parece haver uma contradição de que a mesma equipe técnica tenha a neutralidade para fazer o que se entende como nova tentativa de reestabelecimento de vínculo



A elaboração do PIA deve ser realizada em parceria com o Conselho Tutelar e, sempre que possível, com a equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude. O PIA deverá partir das situações identificadas no estudo diagnóstico inicial (ou relatório da equipe do PAEFI) que embasou o afastamento do convívio família (Resolução Conjunta nº 1, 2009).



## Por outro lado...

- Pode acontecer de crianças e adolescentes serem encaminhados para o acolhimento institucional ou familiar, sem que tenham, junto com suas famílias, sido acompanhados pelo PAEFI
- O CREAS é fundamental no acompanhamento dos casos que envolvam situações de violência de crianças e adolescentes afastados do contexto familiar, no sentido de fortalecer a função protetiva das famílias, dentro da perspectiva da garantia do direito à convivência familiar e comunitária
- A articulação entre média e alta complexidade requer fluxos e procedimentos descritos e instituídos em âmbito local, com a definição das competências e responsabilidades de cada serviço



- ▶ Art. 15 - § 2º O atendimento das famílias com beneficiários que estão em serviços de acolhimento da rede socioassistencial terá como foco **a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos** familiares e comunitários, a reintegração familiar e a garantia dos direitos socioassistenciais



## Qual a diferença na ação de fortalecimento de vínculos realizada no âmbito do CRAS, CREAS E Serviço de Acolhimento?

No âmbito da Proteção Social Básica, o **CRAS** fortalece vínculos do ponto de vista da **prevenção** (em articulação com outras políticas) à ruptura dos vínculos familiares e comunitários. O **CREAS** (também em articulação com outras políticas), mediante uma violação de direito, fortalece os vínculos familiares e comunitários, do ponto de vista da **reconstrução** desses vínculos. Contudo, quando não é possível (esgotadas as possibilidades) manter a criança/adolescente no contexto familiar, pode-se pensar no seu encaminhamento ao **serviço de acolhimento**, que fará o fortalecimento de vínculos, do ponto de vista do **resgate** desses vínculos, sempre em articulação com a política setorial.



# SOBRE A NOÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL POR VIOLAÇÃO DE DIREITOS

- ▶ As famílias que têm indicação de acompanhamento na Proteção Social Especial são as que vivenciam situação de risco pessoal e social por violação de direitos
- ▶ Para a PNAS, as situações de risco pessoal e social por violação de direitos se expressam na iminência ou na ocorrência de violência intrafamiliar (física, psicológica e sexual), abandono, negligência, situação de rua, trabalho infantil etc.
- ▶ É a condição de risco o critério para acompanhamento da família na PSE e não a violação de direito



# Sobre a Noção de Risco Pessoal e Social por Violação de Direitos

## Média Complexidade

- O CT é informado sobre uma criança que esteja sofrendo abuso sexual do padrasto
- A criança recebe apoio da família e da comunidade

## Alta Complexidade

- O CT é informado sobre uma criança que esteja sofrendo abuso sexual do padrasto
- A criança **NÃO** recebe apoio da família e da comunidade

# Reintegração: Continuidade do Acompanhamento

- ▶ A definição quanto ao órgão responsável pelo acompanhamento no período após a reintegração familiar deverá ser objeto de acordo formal entre os serviços de acolhimento, o órgão gestor da Assistência Social e a Justiça da Infância e da Juventude. Tal definição deve levar em consideração a estrutura e a capacidade técnica dos serviços da rede local, podendo ser designada para esse fim a equipe técnica dos serviços de acolhimento, a equipe responsável pela supervisão dos serviços de acolhimento, o CREAS, ou até mesmo o CRAS ou outro serviço de atendimento sociofamiliar existente no município (Resolução Conjunta nº 1, 2009, p. 42 e 43)



**Orientações  
Técnicas/CREAS (2011,  
p.64)**

- “é importante prever a possibilidade da continuidade do acompanhamento” pelo CREAS, “de modo a evitar novo afastamento do convívio familiar” e, conseqüentemente, “o retorno ao Serviço de Acolhimento”

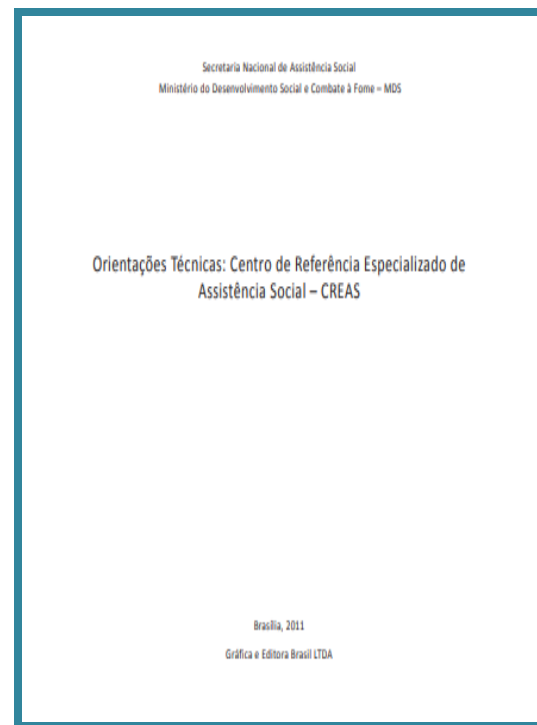
**Orientações  
Técnicas/PAIF/Vol. 2  
(2012)**

- Prioridade de acompanhamento familiar em grupo de famílias com criança/adolescente egresso de abrigo, casa-lar ou família acolhedora

**Orientações  
Técnicas/SCFV/Crianças  
0 a 6 anos (2021)**

- Resolução/CNAS nº 1/2013, estão entre o público prioritário para participar do SCFV crianças até 6 anos em situação de acolhimento





MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



# EM TESE

## Evitar

- ▶ A duplicidade do acompanhamento - 02 equipes técnicas
- ▶ Acompanhamento pela mesma equipe que indicou o acolhimento





# CASO NÃO SEJA POSSÍVEL A REINTEGRAÇÃO FAMILIA

- ▶ Observando a necessidade de colocação da criança ou do adolescente em adoção, quando esgotados os recursos de reintegração familiar, compreendendo a família natural e extensa de que trata o Art. 25 do ECA (Brasil, 1990)
- ▶ Os serviços de acolhimento têm o dever de sinalizar aos órgãos competentes tal circunstância, tão logo seja constatada - a atribuição do acompanhamento é da equipe do poder judiciário



## § 6º. Constarão do PIA

I - os resultados da avaliação interdisciplinar

II - os compromissos assumidos pelos pais ou responsável

III - a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança/adolescente/pais/responsável, com vista na reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob **direta supervisão da autoridade judiciária**



Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos



**Obrigada,  
até o próximo encontro!**

**contato: (91) 980287901**

**[dalizia.cruz@mds.gov.br](mailto:dalizia.cruz@mds.gov.br)**

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

